

**3R CAPACITA CURSOS E CAPACITAÇÕES****LICITAÇÃO**

Rev. 06

04/10/2019

3R CAPACITA CURSOS E CAPACITAÇÕES

**CHECKLIST – FRAUDES EM LICITAÇÃO - SERVIÇOS****Objetivo:** Garantir que os trabalhos de avaliação fraudes em licitação de compras sejam executados de forma objetiva, eficiente e padronizados.

Resposta desejada = Não em todos os quesitos.

<b>Procedimentos</b>	<b>Base Legal</b>	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>N/A</b>
<b>1. Projeto “Mágico”</b>				
<b>1.1 Especificação Direcionada/Restritiva</b>				
1.1.1 O objeto licitado está definido de forma <b>imprecisa e insuficiente</b> ?	Art. 14 da Lei nº 8.666/1993; Súmula/TCU nº 177.			
1.1.2. Há especificações que <b>direcionam</b> a contratação para determinado <b>fornecedor</b> ?	Art. 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666/1993; Acórdão 2622/2015, TCU-P.			
1.1.3. Há indicação de <b>marca</b> no Projeto Básico/Termo de Referência sem justificativa?	O art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993; Acórdãos 559/2017 – P			
<b>1.2 Vinculação do autor do PB/Termo de Referência com o licitante</b>				
1.2.1 O <b>autor</b> do Projeto Básico participa, ainda que indiretamente, da licitação?	O art. 9º, I, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 486/2011-TCU-1a Câmara, Resolução de Consulta TCE/MT 05/2016.			
<b>1.2 Fracionamento, parcelamento e loteamento</b>				
1.3.1 Há <b>fracionamento</b> com fuga da modalidade adequada ou para dispensar?	Alínea "b" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93; Acórdãos nº 2269/2016 e Súmula nº 11/2015 do TCE/MT.			
1.3.2 Nos editais das licitações cujo objeto seja divisível, houve falta de <b>parcelamento</b> do objeto em itens, lotes ou etapas, assim como deixou de adjudicar por item e adjudicou o objeto pelo menor preço global?	Art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993; Súmula 247 do TCU; Acórdão 1162/2914 – TP do TCE/MT.			
<b>1.4 Sobrepreço/Orçamento Falso</b>				
1.4.1 A <b>planilha de custo e formação de preços</b> (remuneração, encargos sociais, insumos, impostos, etc) está de acordo com o estabelecido na legislação e convenção coletiva de trabalho?	Acórdão 1753/2008, 1597/2010, 3231/2011 e 109/2012, todos do Plenário.			
<b>1.5 Superestimativa</b>				
1.5.1 . As quantidades licitadas são <b>incompatíveis</b> com a demanda?	Art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/1993; Acórdão 331/2009 – TCU – Plenário.			
<b>1.6 Registro de Preços Irregular (Quando aplicável)</b>				
1.6.1 Em licitação por lote, houve aquisição de aquisição individual de itens registrados para os quais a licitante vencedora não apresentou o menor preço (jogo de	Acórdão TCU 3081/2016 – Plenário e 7.243/2017- Segunda Câmara			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
planilha)?				
1.6.2 Houve substituição da marca do produto registrado sem qualquer demonstração de equivalência operacional e compatibilidade de preços?	Acórdãos TCU nº 1033/3019 e nº 558/2010 , ambos do plenário.			
1.6.3 Nos casos de aumento do preço de mercado, houve reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados na ata nas licitações regidas pelo Decreto 7892/2013?	Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU			
1.6.4 Houve acréscimo ou supressão de quantidade de itens na ata?	Resolução de Consulta TCE/MT nº 22/2012			
1.6.5 Foi realizado Registro de Preços para contratação de obras ou serviços especiais de engenharia? A Súmula 247 do TCU veda SRP para obras, permitindo apenas para serviços comuns de engenharia.	Súmula 257 e Acórdão TCU 1381/2018-Plenário			
<b>1.7 Favorecimento indevido de ME e EPP (Quando aplicável)</b>				
1.7.1. Houve participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, com faturamento superior ao limite no ano anterior ou no ano de realização da licitação, amparada por declaração com conteúdo falso?	Acórdãos TCU 1797/2014, 1104/2014, 922/2014, 824/2014, 1552/2013, todo do Plenário			
1.7.2 Foi constatada participação simultânea de empresas coligadas em licitação afronta a legislação quando evidenciado que a empresa de maior porte - não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte - busca usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 por meio da sociedade de pequeno porte?	Acórdão TCU 2978/2013-Plenário			
<b>2. Edital Restritivo</b>				
<b>2.1 Preâmbulo</b>				
2.1.1. O edital proíbe apresentação de documentos pela <b>via postal, fax, telegrama ou e-mail</b> ?	Acórdão nº 2266/2011 – TCU Plenário e Acórdãos TCE/MT nº 1.199/2014 – TP e 3.280/2015 – TP.			
2.1.2. A previsão <b>orçamentária</b> é inadequada?	Art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 4910/2013 TCU-2a Câmara			
2.1.3. Havendo recurso federal, nas transferências voluntárias, deixou-se de adotar o pregão <b>eletrônico</b> sem justificativa?	Art. 1º do Decreto 10.024/2019; Acórdãos 1.455/2011 e 1.631/2011-TCU – Plenário			
2.1.4. Falta <b>parecer jurídico</b> no processo e/ou o parecer é genérico, sem a demonstração da efetiva análise do edital e dos anexos?	Art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993; Acórdão nº 689/2013 - P, Acórdão TCE/MT nº 471/2016 – TP.			
2.1.5. Exige-se indevidamente que <b>comprovante de compra do edital</b> faça parte dos documentos de habilitação?	Acórdãos TCU 3192/2016-Plenário,; Acórdão TCE/MT 3.047/2015 – TP.			
<b>2.2. Condições de Participação</b>				
2.2.1. O edital veda a participação de <b>consórcios</b> sem a devida motivação?	Acórdão n.º 2303/2015 – P; Acórdão TCE/MT 949/2014 – TP.			
2.2.2. Há proibição de participação de empresa em <b>litígio judicial</b> com a Entidade?	Lei 8.666/1993, §5º do art. 30; Acórdãos nº 2.434/2011-TCU-Plenário, 1.336/2010-TCU.			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
2.2.3. Para obter o edital, exige-se <b>valor incompatível</b> com o custo de reprodução gráfica? O acesso ao edital é garantido de forma inadequada?	Art. 32, §5 da LGL, Acórdão 3014/2015-TCU-P, 2749/2011-TCU-P			
2.2.4. O ato convocatório estabelece cláusulas <b>desnecessárias</b> ou <b>inadequadas</b> , que restrinjam o caráter competitivo do certame?	Acórdãos TCU 1.028/2011, 354/2008 e 3192/2016, todos do Plenário.			
2.2.5. Houve proibição de participação de empresas com <b>sócios em comum</b> ou empresas de mesmo <b>grupo econômico</b> ? (Exceto convite e dispensa de licitação).	Art. 9, III da LGL; Acórdão TCU 3108/2016-1ªC e Acórdão TCE/MT 158/2016 – SC.			
2.2.6. Exige-se, na fase de habilitação ou de classificação, <b>amostras</b> a todos os licitantes, quando o correto deveria ser apenas na fase de classificação, do licitante provisoriamente em primeiro lugar?	Acórdãos 1.291/2011-TCU-Plenário, 2.780/2011-TCU-2a Câmara, 4.278/2009-TCU-1a todos do Plenário do TCU.			
2.2.7. Foi vedada a participação de empresa em <b>recuperação judicial</b> ? Obs.: A certidão positiva não implica imediata inabilitação, podendo ser aceito, desde que a empresa tenha plano de recuperação judicial homologado.	PARECER AGU no 04/2015/CPLC/DEPCON5U/PG F/AGU, 12/05/2015 e acórdão TCU no 8272/2011 – 2 Câmara) [L] [SEP]			
2.2.8. Servidor público em cargo de <b>influência</b> sobre a licitação (Parecerista, cpl/pregoeiro, autoridade competente, orçamentista, etc) participa, mesmo que indiretamente, do certame?	Art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993; Acórdão nº 1793/2011-TCU-Plenário; Consulta nº 5/2016-TP do TCE/MT.			
<b>2.3. Habilitação Jurídica</b>				
2.3.1. Exige-se <b>alvará de funcionamento</b> que comprove <b>localização</b> específica do licitante?	Acórdão 855/2009-TCU-P, Acórdão TCE/MT 1.199/2014-TP e Acórdão TCE/MT 3.047/2015 – TP.			
2.3.2. Foi exigida indevidamente <b>certidão simplificada</b> expedida pela junta comercial do estado da sede da licitante?	Ac. TCU 1778/2015 – P; Ac. 7856/2012 – Segunda Câmara.			
2.3.3. Foram aceitos como válidos atestados de capacidade técnico-operacional que dizem respeito a serviços executados em data anterior à alteração do contrato social?	Acórdão TCU nº 642/2014 – Plenário			
<b>2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista</b>				
2.4.1. Exige-se “ <b>quitação</b> ” em vez de “ <b>regularidade</b> ” fiscal?	Art. 29, III, Lei no 8.666/93; Súmula TCU nº 283, de 26/06/2013; Acórdão 35/2015 – SC do TCE/MT.			
2.4.2. Exige-se indevidamente certidão negativa de “ <b>débito salarial</b> ou <b>infrações trabalhista</b> ”?	Acórdão TCU 3088/2010 e 951/2007, ambos do Plenário			
2.4.3. Foi exigida indevidamente Certidão de Regularidade <b>Sindical</b> e Guias de Recolhimento de <b>sindicato</b> ?	Acórdãos do TCU no 697/2006-P, 3.088/2010-P e 951/2007-Plenário.			
<b>2.5. Qualificação Técnica</b>				
2.5.1. Exige-se certificado de <b>qualidade</b> que não é obrigatório por lei? (Exemplos: ISO, ABIC, etc).	Acórdãos 539/2015, 381/2009, 1542/2013 e 3291/2014, todos do Plenário do TCU.			
2.5.2. Exige-se número <b>mínimo, máximo ou fixo</b> de atestados?	Acórdão TCU 1.949/2008, 1.780/2009, ambos do plenário e Acórdão TCE/MT 1.158/2014 –			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
	TP.			
2.5.3. O edital exigiu comprovação de quantitativo mínimo de serviços prestados superiores a <b>50%</b> do quantitativo a executar?	Acórdãos do TCU nº 1.284/2003, 2.088/2004, 2.656/2007, 2.215/2008 e 3070/2013, todos do Plenário.			
2.5.4. O edital vedou o <b>somatório de atestados</b> para comprovação da quantidade mínima de serviço compatível com o objeto licitado sem justificativa?	Acórdãos TCU nºs 1.898/2006, 170/2007 e 13.260/2011, todos do Plenário			
2.5.5. Foi exigida qualificação técnica em relação a <b>parcelas pouco relevantes</b> do objeto licitado?	Inciso I do § 1º do art. 30 da Lei n.º 8.666/93; Súmula TCU 263/2011.			
2.5.6. O edital proibiu a apresentação de atestados emitidos por empresas do mesmo <b>grupo econômico</b> ?	Acórdão TCU 451/2010 e Acórdão - 2.241/2012, ambos do plenário.			
2.5.7. A qualificação técnica exige profissional do <b>quadro permanente</b> , restringindo a forma de comprovar esse vínculo (somente carteira de trabalho, por exemplo), sem permitir que se comprove por meio de contrato de trabalho regido pela legislação civil comum?	Acórdão TCE/MT 164/2015 – SC e 471/2016 - TP; Acórdãos TCU, 3.291/2014, 1.447/2015, 1988/2016 e 872/2016, todos do Plenário.			
2.5.8. Houve exigência de que a <b>visita técnica</b> fosse realizada somente pelos responsáveis técnicos da licitante?	Acórdãos TCU nº 2299-2011 – Plenário, Acórdãos TCE/MT nº 2.333/2014 – TP			
2.5.9. Exige-se <b>carta de solidariedade ou credenciamento</b> do fabricante do produto?	Acórdão nº 1.805/2015 – Plenário e 1.350/2015 – Plenário			
2.5.10. Foi exigida indevidamente que os atestados estejam acompanhados de cópias de <b>notas fiscais ou contratos</b> ?	Ac TCU 1224/2015 e 944/2013 - P			
2.5.11. Há exigências de quantidade <b>mínima</b> de serviços a executar para comprovar <b>capacidade técnico-profissional</b> ?	Acórdãos do TCU nº 2.882/2008, 1873/2015, 2605/2016, todos do Plenário.			
2.5.12. Exige-se <b>Certificado de Boas Práticas</b> de Fabricação e Controle emitido pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	TCU. Ac 392/2011-P, 126/2010, 127/2010, 128/2010, 129/2010 e 392/2011 – todos do Plenário.			
2.5.13. Exige-se <b>Certificado de Boas Práticas</b> de Armazenamento emitido pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	TCU. Ac 392/2011-P.			
2.5.14. Foi exigido atestado com limitação de tempo? Por exemplo, comprovação que já executou serviço compatível nos últimos 5 anos.	Acórdão TCU 2205/2014 – 2ª Câmara			
2.5.15. Foi exigido comprovação de qualificação técnica de parcelas do objeto da licitação que poderão ser objetos de <b>subcontratação</b> ? LGL, art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93.	Art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93; Acórdão TCU 6219/2016-Segunda Câmara.			
<b>2.6. Qualificação Econômico-Financeira</b>				
2.6.1. Exige-se <b>cumulativamente</b> garantia de participação E (capital social ou patrimônio líquido mínimo)?	Súmula TCU nº 275.			
2.6.2. Exige-se capital social <b>integralizado</b> ?	Acórdão TCU nº 1944/2015, 1842/2013, – ambos do Plenário			
2.6.3. A garantia de proposta (1%) e/ou capital social mínimo/Patrimônio Líquido (10%) superaram os percentuais <b>máximos</b> fixados na lei?	Art. 31, §3o, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 8140/2012-TCU-2ªC, 1.335/2010-TCU-Plenário			
2.6.4. Foi exigida <b>fotocópia</b> integral do livro diário das	Ac TCU 2962/2015 - P			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
empresas?				
2.6.5. Exige-se certidão negativa de <b>Corregedoria de Justiça</b> ?	Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal; Acórdão TCU nº 768/2007 – Plenário.			
2.6.6. Os índices contábeis são <b>incomuns</b> e estão <b>acima</b> de valores usuais (por exemplo, acima de 1,5 ou Grau de Endividamento de no máximo 0,3)? Caso contrário, falta justificativa razoável?	Súmula TCU 289/2016.			
2.6.7. Exige-se certidão negativa de <b>protesto</b> ?	Acórdãos TCU 1.336/2010-Plenário; Acórdão 53/2016 – SC e 2.333/2014 – TP do TCE/MT.			
2.6.8. Exige-se declaração de <b>idoneidade financeira</b> ?	TCU Ac 2056/2008-P, 2179/2011-P.			
<b>2.7. Critérios para Julgamento</b>				
2.7.1. Nos processos realizados na modalidade convite, há pelo menos <b>três</b> propostas válidas?	Art. 22, §§ 3º e 7º, da Lei 8.666/1993; Súmula/TCU 248; Súmula do TCE/MT 04/2013.			
2.7.2. Nos processos realizados na modalidade convite, foram convidadas licitantes cujo <b>ramo de atividade econômica</b> seja incompatível com o objeto de licitação?	Acórdãos 1.313/2011-TCU-Plenário, e 3.472/2007-TCU-2a Câmara; Acórdão nº TCE/MT 179/2015-PC.			
2.7.3. O edital deixou de fixar critério de aceitabilidade de preços <b>unitário e global</b> ?	Art. 40, inciso X, da Lei 8.666, de 1993; Súmula nº 259/2010 do TCU			
<b>2.8. Condições de Pagamento</b>				
2.8.1. Consta cláusula no edital de licitação prevendo a realização de <b>pagamento antecipado</b> sem observância dos pressupostos fixados pelo TCU?	Art. 62 da Lei 4.320/1964; Resolução de Consulta TCE/MT nº 50/2011 e 3/2016 – TP			
<b>3. Publicidade Precária</b>				
3.1. A publicidade do certame é <b>insuficiente</b> ou <b>inadequada</b> ou há redução do prazo útil mínimo da modalidade?	Artigo 21, §§ 2º e 3º, da Lei 8666/93, TCU Decisão 233/1996–1C			
3.2. Deixou-se de <b>publicar</b> os editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados no <b>sítio oficial da entidade</b> ?	Lei nº 12.527/2011, arts. 3º, I a V, 5º, 7º, VI, e 8º, §1º, IV, e §2º; Acórdão TCU nº 2622/2015-Plenário.			
3.3. Nas concorrências e tomadas de preço, a Entidade deixou de publicar o aviso do edital em <b>jornal diário de grande circulação</b> ?	Acórdãos 227/2007-TCU-Plenário; Resolução de Consulta no 27/2012 e Acórdão TCE/MT 142/2016 – SC.			
<b>4. Simulação/Montagem de Processos Licitatórios</b>				
4.1 Os documentos da licitação (pesquisa de preço, documentos de habilitação, propostas, etc.) apresentam indícios de simulação/montagem do processo de contratação?	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário; Acórdão 1107/2014-Plenário do TCU; Acórdão nº 228/2002 – Plenário do TCU.			

Cuiabá-MT, ____/____/____	Auditor responsável pela análise (nome e assinatura)
---------------------------	--

Atualizado em 04.10.2019